

Por uma sociologia provocadora (de respostas)¹

MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA ^I

Em busca de um fio condutor

O QUE VIVENCIAMOS no tempo presente? Pensamentos catastrofistas? Barbárie? Negação? Impotência? Descrença? Fim da civilização?

Tais questionamentos se constituíram nos pontos principais das inflexões do pensamento e da estética contemporâneos. No campo da literatura – T. Mann, Kafka, Musil, Joyce, Eliot, Poe, Baudelaire e outros –, a condenação do homem-massa, do homem sem qualidades, do homem dirigido, do destradicionalizado, da multidão, reascende a chama da busca de recuperar um outro tempo. Em Joyce e Eliot percebe-se uma espécie de nostalgia pelo mito da eterna repetição.

No campo da filosofia, o pensamento dos frankfurtianos, apesar de suas diferenças, representa um golpe duro na concepção de Modernidade. A razão instrumental presente no pensamento iluminista era a responsável pela negação das liberdades humanas e da individualidade. A razão entrava em eclipse.

Segundo Horkheimer, a racionalidade conduziu à escravização do próprio homem. O modelo de divisão social do trabalho se transfere para a vida do espírito e essa divisão do reino da cultura é um corolário da substituição da verdade objetiva pela razão formalizada (Horkheimer, 1976, p.27).

A unidimensionalidade do homem se completara com o desaparecimento de suas singularidades culturais. O moderno, a modernização, o novo, o progresso destruíram espaços e uniformizaram os tempos históricos. A figura errante do *flâneur* que percebe o mundo em constante progresso e mudança vai, cada vez mais, retraindo para dentro de si mesmo e aprofundando o abismo entre ele e a multidão que o cerca. Figura excêntrica, deslocada, marginalizada refugia-se em sua própria fantasmagoria diante dos grandes *boulevards* haussmannianos, construídos sobre as ruínas das pedras das ruelas que favoreceram a resistência dos operários da velha Paris.

Em suas andanças pela cidade povoada pela multidão, o *flâneur* procura as galerias, o labirinto para esconder-se do barulho ensurdecido das ruas. Procura os interiores. Benjamin, ao refletir sobre o *flâneur*, afirma que ele precisa da multidão. É ela que alimenta sua *flânerie*. Ao mesmo tempo que nega a multidão, ele a afirma.

Essa contradição permite a seguinte observação: nem tudo é massa. Nem tudo é genérico. Ao destacar a figura do *flâneur* do seio da multidão, Benjamin, seguindo as inflexões de Baudelaire, aponta para a singularidade desse homem:

ser observador, crítico, diferente, poeta, filósofo, artista. Enfim, indivíduo e não multidão. Indivíduo capaz de observar a multidão dos bares, das galerias, dos cafês, da janela de seu quarto, portanto de seus interiores (Benjamin, 1994).

O que são os interiores? Espaços. Espaços da cidade, espaços do corpo e da alma. A figura do *flâneur* é movente. Movimenta-se pelos espaços destruídos e reconstruídos pelo progresso e pelos subúrbios infectos. Movimenta-se também pelos interiores e labirintos da alma. Percebe no olhar cansado o sentimento dos velhos, dos miseráveis, das prostitutas espalhadas pelos cantos da cidade. Penetra em suas lembranças, em suas memórias. Tece seus possíveis. Visita os espaços da utopia de cada um. Descobre as paixões que os iludem e até o olhar dos cegos em direção ao céu. Velhos, velhas, operários, prostitutas, cegos, passante, são vistos pelo *flâneur* como diferentes, desiguais e individuais. É o poeta lírico que capta as impressões e as sensações humanas ao compor os quadros da cidade moderna.

Retomando a definição acima do *flâneur*, visto por Benjamin, em sua singularidade como observador, crítico, diferente, poeta, filósofo, artista, eu acrescentaria, o/a sociólogo/a, em seu fazer sociológico, concebido como um artesanato, que o define enquanto portador de um ofício. Um artesão que molda, cria, tece, retoca os objetos e lhes imprime sua marca. Um artesão que observa, que estuda criticamente a realidade circundante, cujo olhar procura o escondido, o invisível, além do visível. Um artesão criador e provocador de respostas.

No intuito de contextualizar este texto² nos temas do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia, tomo a liberdade de me remeter a essa figura do *flâneur* e, de mãos dadas, com ele seguir seus deslocamentos não só no espaço, como também no tempo. Inicialmente, proponho que o acompanhemos na superfície dos espaços e, em seguida, nos seus labirintos, nos seus mundos escondidos, invisibilizados. O objetivo é, a partir de minha experiência de pesquisa do mundo dos/as trabalhadores/as rurais, contribuir para o fortalecimento de um pensamento sociológico crítico diante dos problemas sociais, políticos, ambientais do nosso país.

Partindo do tempo presente, tentando analisar as mudanças climáticas, as desigualdades sociais, a insegurança alimentar que atinge a metade da população brasileira, além dos milhões que passam fome, deparamos com o paradoxo de ser o Brasil um dos maiores produtores de *commodities* do mundo – café, milho, algodão, carnes, soja, açúcar, suco de laranjas, além dos minérios e também, mais recentemente, ovos, destinados, sobretudo, aos Estados Unidos, país, onde, em função da gripe aviária em 2024, 50 milhões de galinhas foram abatidas a fim de evitar a propagação do vírus.

Para facilitar a exposição, utilizarei a metáfora do palimpsesto. Palimpsesto é um termo grego, datado do século V a.C. que significa um pergaminho composto de múltiplas camadas de escrita sobrepostas. Melhor dizendo, reaproveitava-se um pergaminho já escrito raspando seu conteúdo, todavia a camada

anterior permanecia parcialmente visível.³ Assim sendo, o processo de raspagem das diferentes camadas deixa rastros do passado, da história. Para provocar respostas às crises enunciadas acima, é necessário conhecer a produção econômica das commodities, bem como os processos de suas gestações.

A primeira camada: a Agricultura 4.0 nos campos paulistas

Uma das faces do processo de acumulação de capital globalizado é o progresso tecnológico, o que é visível e extensamente propagado. No estado de São Paulo, desde a década de 1990, houve um aumento gigantesco da mecanização na produção de cana-de-açúcar, responsável pela dispensa de centenas de milhares de migrantes dos estados do nordeste e norte de Minas Gerais. Uma verdadeira diáspora. Em 2007, o corte manual correspondia a 70%. Em 2025, o índice de corte mecanizado é 99,2%, segundo os dados da Conab.⁴

O que é a Agricultura 4.0?

Atualmente, o processo de mecanização da colheita e de muitas outras fases da produção é o modelo predominante. A mecanização é representada por máquinas de grande porte com tecnologias altamente desenvolvidas associadas às Tecnologias da Informação (TI). Esse modelo é chamado de Agricultura 4.0, ou seja, corresponde à quarta revolução na forma de produzir na agricultura com ênfase nas ciências (agronomia, economia, genética, engenharia, química, informática etc.). Essa gigantesca produção é controlada por grandes corporações nacionais e internacionais, *joint ventures*, *tradings*, as quais, além do poder econômico, têm grande poder político no Congresso Nacional, por meio de associações que exercem influência em vários ministérios, além do poder nos estados e municípios, onde estão localizadas as usinas.

O pacote tecnológico Agricultura 4.0 combina automação e robotização de tarefas agrícolas e pecuárias, com aplicativos e programas de computador, havendo a leitura por satélite e/ou drones de dados sobre solos, água, ecossistemas, clima, todos acumulados em nuvens computacionais de empresas transnacionais, que, por sua vez, interpretam esses dados com programas de inteligência artificial e os vendem para agricultores, empresas agrícolas ou outras empresas (Mooney, 2019, p.40-1).

A produção do conhecimento da Agricultura 4.0 no Brasil é resultado de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de diversas universidades, centros de pesquisa e *startups*, além do apoio da Fapesp desde 1996.⁵ A reportagem da Fapesp⁶ dá um exemplo acerca do *modus operandi* da Agricultura 4.0, segundo a qual a produção de cana-de-açúcar da usina São Martinho, localizada em Pradópolis (SP), por meio da implantação da rede 4G, monitora os dados gerados por mais de 700 veículos agrícolas utilizados em seus 135 mil hectares. O trabalho digital é controlado por 50 funcionários a partir de uma sala de monitoramento.

As mudanças na forma de produzir não podem, no entanto, ser analisadas apenas do ponto de vista econômico. É preciso considerar as relações de poder

político das empresas do agronegócio e suas redes de influência em diversos setores políticos do país. Pompeia (2021) analisa a nova modalidade de ação política dos representantes do agronegócio a partir do conceito de concertação política, com base em pesquisa etnográfica em Brasília, onde está localizado o prédio do Instituto Pensar Agricultura (IPA), uma mansão no Lago Sul, onde se encontram advogados, cientistas, políticos, economistas, agrônomos, representantes de associações de empresas e indústrias do agronegócio, de bancos, cujos objetivos são produzir estratégias de formulação ou reformulação de leis relativas às questões agrárias e ambientais, terras indígenas etc. O agronegócio é um fenômeno político que tem uma estrutura de ação concertada. De acordo com Pompeia (2021, p.13):

[...] concertação política que remete a uma configuração público-privada de estratégias de convergência, as quais, operadas em diversos níveis, apresentam como traços a intersetorialidade, a multilateralidade, a institucionalização, e a sistematicidade [...] Por meio da maior racionalização de suas relações, tais atores procuram aglutinar forças para ampliar sua influência sobre o Estado e, conseqüentemente, aprofundar seu controle sobre territórios do país.

A estrutura concertada de poder político das grandes empresas é o reflexo da ideologia neoliberal que se apresenta como anti-Estado, mas, na realidade, é o próprio Estado que se mobiliza para universalizar a razão econômica, segundo as abordagens de Laval (2022, p.238):

A ideologia neoliberal é um estatismo de um gênero muito especial, já que se apresenta como uma ideologia anti-Estado, ao mesmo tempo que o próprio Estado se mobiliza e se transforma para universalizar a razão econômica. Na realidade, o neoliberalismo é impensável fora da instituição do Estado, o qual, como detentor da violência simbólica, é o único em condição de impor a razão econômica a todos os domínios da sociedade. Por meio das elites que o controlam, o Estado impõe o novo princípio de construção do mundo legítimo e indiscutível, com o auxílio de todos os instrumentos do poder simbólico à sua disposição [...].

No que tange ao aspecto político, o *agribusiness* tem sido o símbolo do desenvolvimento econômico do país, por meio do saldo positivo do comércio exterior, graças ao aumento das exportações, sobretudo de produtos agrícolas, que vem garantindo, especialmente nos últimos anos, o saldo positivo da balança comercial do país. É importante destacar que a lógica desenvolvimentista ao evidenciar as questões ambientais procura apagar a situação laboral, na medida em que a tecnologia pressupõe o emprego de máquinas tão somente,

De acordo com dados do Censo Agropecuário (IBGE), no Brasil houve um aumento significativo no número de propriedades rurais com acesso à rede de internet (+1.900%), de 75 mil para 1,4 milhão no período de 2006 a 2017. Quanto aos dados sobre máquinas, o aumento também foi significativo nesse período: os tratores passaram de 82 mil para 1,2 milhão.

A produção das *commodities* conta com o apoio do Estado brasileiro. Desde 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi elaborada a Lei Kandir, segundo a qual as exportações de *commodities* não pagam impostos. O lema era exportar *é o que importa*. Esse é um ponto muito importante para entender o processo de concentração de renda e também a força política dos latifundiários no país. A representação ruralista no Congresso Nacional ultrapassa 60%. Outro dado importante se reporta aos subsídios estatais, por exemplo à produção de etanol. O controle dos preços da gasolina acima dos preços internacionais. Isso possibilita elevar os preços do etanol a ponto de serem competitivos com os da gasolina. O bloco de poder aprova as leis de seu principal interesse.⁷

Embora essa seja uma informação promissora para a produção de *commodities*, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) revelam que, no que diz respeito aos trabalhadores rurais, houve uma diminuição no número de empregados em cerca de 1,6 milhão de pessoas, no período de 2012 a 2018. E ainda mais. Do total de pessoas ocupadas, 23% não sabem ler nem escrever; 49% têm Ensino Fundamental; 15%, Ensino Médio; e apenas 6%, Ensino Superior. Em 2017, o número de trabalhadores empregados na agricultura era de 15,1 milhões, contra 15,5 milhões em 1960.

Esses dados revelam que há uma crescente desigualdade marcada pelo aumento da concentração da propriedade da terra, do capital, da mecanização e também do acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de tecnologia da informação.

As reformas trabalhista e previdenciária implementadas após o *impeachment* de Dilma Rousseff foram os principais instrumentos para desmontar a proteção social dos trabalhadores. Os trabalhadores rurais foram muito afetados pelas mudanças trabalhistas causadas pelas reformas instituídas e pelo desemprego em razão do crescimento da mecanização. A situação desses trabalhadores é a permanência do nomadismo em busca de trabalho para a sobrevivência. Com a perda dos direitos sociais, houve também um aumento nos casos de trabalhadores em regime de escravidão.

Aprofundando as buscas pelos labirintos dessa produção, por meio da raspagem de mais uma de suas camadas, chegamos ao mandonismo local, analisado pela socióloga e pensadora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969). Portanto, uma sociologia crítica nos mostra a necessidade de analisar não somente as mudanças, porém também aquilo que permanece. Por meio desta obra observa-se a continuidade, ou mesmo a perpetuidade dos poderes dos proprietários rurais, desde a colônia até a República.

Numa das passagens desse livro, Queiroz (1969, p.86-7) afirma:

Muito se fala da rápida adesão dos políticos da Monarquia à República, mal esta se instalara, mas raramente se alude à atitude benevolente dos republicanos, permitindo que a seu lado, figurassem, desde a primeira hora,

muitos que tinham sido expoentes do Império [...]. A razão profunda era que, persistindo a mesma organização rural, o poder continuava nas mesmas mãos em províncias que eram verdadeiros feudos.

A autora cita os nomes dos donos de várias províncias e, com a República, assim permaneceram. Essa referência é necessária ao entendimento das relações de poder político, da chamada bancada ruralista do Congresso nos dias que se seguem.

Nesse sentido o Instituto Pensar Agropecuário (IPA) em Brasília, composto por representantes de 45 associações dos sistemas agroalimentares, segundo Caio Pompeia (2021) cumpre o papel de reproduzir as relações de mando dos proprietários e das corporações nacionais e estrangeiras que detêm o domínio das terras e da produção agrícola do país. São os mandões, utilizando a expressão de Maria Isaura Queiroz.

No que diz respeito especificamente à agroindústria canavieira, o discurso do desenvolvimento promovido pelo setor foi e tem sido bastante acentuado. O Estado conta com a colaboração de empresários, políticos e meios de comunicação para difundir a ideologia do etanol. A nova imagem revela os números gigantescos da produção, mas esconde a degradação socioambiental (uso de agroquímicos por drones e aviões e uso excessivo de água, pois cada vez mais há a necessidade de irrigação dos canaviais em razão dos períodos de seca, sem contar que para cada litro de etanol são consumidos 13 litros de água), e as formas de exploração laboral.

À estrutura de poder econômico e político soma-se o poder simbólico, manifesto, sobretudo nas *agrishow*. Em Ribeirão Preto, cidade considerada a capital do agronegócio, capital mundial do etanol, no final de abril de 2025, foi realizada a 30ª feira, que reuniu 195 mil participantes e contou com a exposição de 800 marcas de produtos agropecuários, e movimentou mais de 13 bilhões de reais. É a vitrine do agro, assim denominado. Helicópteros, jatos particulares, aviões transportavam os visitantes estrangeiros e nacionais que desembarcavam em São Paulo. Compradores, empresários se somam aos políticos locais, prefeitos, vereadores, além de governadores, deputados, ministros e presidentes da República. As grandes máquinas são expostas em inúmeros estandes, pelos seus representantes. E mais ainda:

Uma novidade muito anunciada na feira era o espaço *Agro pra elas* – não para as máquinas, mas para as *mulheres* do agro. O encontro das mulheres e das máquinas ocorre na tenda da Valtra, onde um ponto cor de rosa destoava em meio aos tratores. No trator rosa, uma mensagem reforça que mulher no agronegócio é uma realidade. De volta ao espaço dedicado às mulheres do agronegócio, o *Agro pra elas* estava escrito com letras delicadas, em rosa e azul claros, e o “s” representava um rosto feminino de perfil de traços finos. As mulheres daquele agro tinham traços específicos. Mulheres brancas, aparentando não ter mais do que quarenta anos e usando roupas muito parecidas: calças jeans ou preta, saia longa, camisas, chapéu. De imediato,

o que nos chama a atenção naquele espaço é ver, logo na entrada, um mural de post-its amarelos com recados deixados pelas e para as mulheres. Mensagens como “mulher no agro também pode”, “mulher, acredite em você”, “lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive no agro”, “que a força e a resiliência feminina prosperem no campo”, “somos o que queremos ser. O agro não para”. (Excerto do diário de campo de Ana Sabadin sobre a agrishow em Ribeirão Preto (SP), 2025)

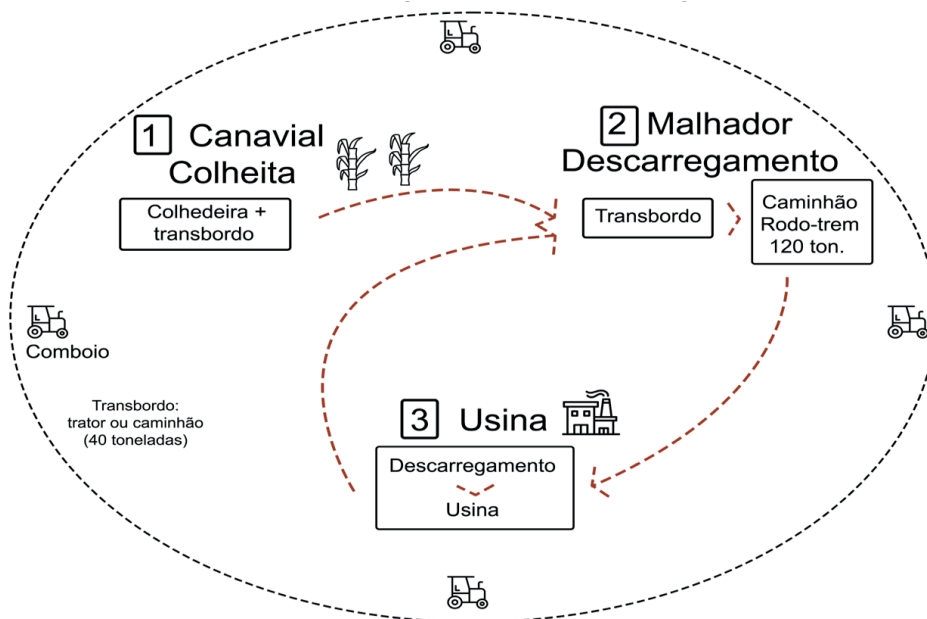
A feira é, assim, o lugar da mostra da moda feminina do agro, criada por estilistas, composta de botas, chapéus, roupas com visuais próprios. É também o lugar onde o som da música do *agronejo*, de vários cantores, substitui a música caipira ou a sertaneja.

Os números da produção sempre se reportam aos milhões, bilhões. A cana-de-açúcar ocupa quase 6 milhões de hectares no estado de São Paulo, sendo um pouco mais de 8 milhões no país. Os dados quantitativos revelam uma produção crescente, assim como os níveis de produtividade. Na safra 2021/2022, o mesmo período, o estado de São Paulo foi responsável por 53% da produção nacional de cana-de-açúcar, com 18,5 milhões de toneladas de açúcar e 16,5 bilhões de litros de etanol, sendo 5,7 bilhões de etanol anidro e 23,31 bilhões de litros de etanol hidratado.

Seguindo os caminhos trilhados pelo *flâneur*, deixamos o espaço brilhante da feira e vamos aos canaviais, onde estão os/as trabalhadores/as.

Minhas pesquisas revelam que o desenvolvimento tecnológico anda lado a lado com o aumento do uso de agrotóxicos, portanto com a maior degradação não só da saúde dos trabalhadores, como também das pessoas em geral.⁸ Além do desemprego causado pelo uso de máquinas – no caso da cana-de-açúcar cada máquina substitui 120 trabalhadores –, há outro fator a ser levado em consideração, que é o emprego de mulheres em tarefas não qualificadas, insalubres, como recolher pedras, recolher as bitucas, ou seja, os restos de cana deixados pelas máquinas, além da distribuição de agrotóxicos por meio do uso de bombas costais. Essas atividades são insalubres, perigosas e trazem muitos malefícios à saúde dessas mulheres.

A organização do trabalho manual é pautada pelas *turmas*: as bituqueiras, as do veneno e as da pedra. As bituqueiras trabalham durante toda a jornada agachadas ou ajoelhadas, para evitar as dores na coluna. Recolhem os restos de cana e os amontoam, o que implica o aumento do desgaste físico. As do veneno lidam com agroquímicos – herbicidas, inseticidas, prejudiciais à saúde, segundo vários estudos (Calheiros, 2020). A turma da pedra recolhe as pedras existentes nos canaviais antes da colheita feita pelas máquinas. Trata-se de uma atividade perigosa porque há riscos de serem picadas por escorpiões e cobras, além do calor extremo, pois trabalham no meio da cana com folhas. Portanto, a reestruturação produtiva correspondeu a uma nova divisão sexual do trabalho, além do aumento dos níveis de intensidade da exploração/dominação. A Figura 1 traduz o *giro* nos canaviais.



Fonte: Ilustração produzida pela arquiteta Marina Longo Parsekian (2024).

Figura 1 – O Giro: moto-contínuo.

As Principais alterações produzidas pela Agricultura 4.0 foram:

- Mudanças no tempo de trabalho: 24 horas (o moto-contínuo). Mudanças nos turnos de trabalho. São três turnos (A: 7h-15h; B: 15h-23h; C: 23h-7h). Seguindo os números da Figura 1, observa-se a seguinte ordem: 1: a cana é cortada e depositada no transbordo; 2: em seguida, é transportada à área do descarregamento e depositada no caminhão (rodo trem); 3: por fim, é levada à moagem na usina.

- Mudanças quanto ao nível de escolaridade. A Agricultura 4.0 exige pessoas com nível de ensino compatível com as exigências das tecnologias avançadas e das TI. A maioria, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), tem Ensino Médio, ao contrário do número expressivo de analfabetos e Ensino Fundamental incompleto do período anterior.

- Mudanças nas formas de remuneração. Antes, o modelo predominante era baseado no trabalho por produção, segundo a produtividade de cada trabalhador individualizado, e segundo a média mínima estipulada em 10 toneladas/dia. Com a Agricultura 4.0, há uma meta de produção imposta, baseada no conjunto dos colaboradores de cada *frente*. Cada colhedeira corta em torno de 160 toneladas de cana/hora. No total de 8 horas, segundo o turno de cada *frente*, a média seria em torno de 1.280 toneladas. O cumprimento dessa meta corresponde ao total da premiação, destinada ao conjunto da *frente*.

- Mudanças nas relações de sociabilidade. Embora a jornada 5x1 já fosse praticada anteriormente, com a Agricultura 4.0 as relações sociais entre os tra-

balhadores são mediadas pelas TI e pelo rádio em posse do líder. Na verdade, a divisão do trabalho controlada pelos computadores da usina determina o lugar de cada um com sua máquina, representada por número, colocado na parte superior das cabines para facilitar a identificação pelos drones. Portanto, no decorrer da jornada, a comunicação é por meio dos computadores. Tal controle abrange todos os espaços, inclusive a área da vivência, na qual os trabalhadores registram o momento do início e do fim da jornada e, onde, teoricamente, seria o espaço das refeições e pausas. Pelas entrevistas, observou-se que as refeições são feitas no interior das máquinas e o tempo das refeições (1h) é convertido em hora-extra, algo preferido, pois há aumento dos salários.

- Mudanças comportamentais. Estratégias de moralização. Uma das exigências da NR31 se reporta à existência de banheiros sanitários no espaço de trabalho. Com a Agricultura 4.0, a área da vivência corresponde a tais exigências legais. Ademais do controle do trabalho, há o controle do tempo das necessidades fisiológicas e, no caso específico das mulheres, segundo os relatos, do tempo para a higienização durante o período menstrual.

- Mudanças ocorridas nas representações sindicais. Com a Reforma Trabalhista de 2017, houve um processo de desmonte dos sindicatos, em razão da não obrigatoriedade da contribuição sindical. Outro fator se reporta à natureza da representação, dado que outras agremiações, como os sindicatos dos transportes rodoviários reivindicaram a representação dos operadores e motoristas colidindo com os sindicatos de empregados rurais.

As tarefas manuais são executadas pelos/as trabalhadores/as rurais, em geral, negros e negras. As demais tarefas, elencadas antes, são executadas pelos/as operadores/as e motoristas. Há, portanto, uma mudança na nomeação, que implica a diferença dos salários (Silva, 2024).

Num dos trechos do diário de campo de Ana Sabadin, ela menciona a exposição de tratores rosas da marca Valtra. Consegui, após muitas tentativas, entrevistar uma operadora do trator rosa, símbolo da energia feminina no agro. As mulheres operam tratores, colheitadeiras e dirigem os *rodo-trens* (transportam 120 toneladas de cana). A propaganda das marcas nos sites chama a atenção para o slogan, *a energia feminina no agro*.

Ao ser inquirida sobre o significado de operar o trator rosa, a tratorista entrevistada por mim manifestou contentamento e realização de um sonho, de conquista pessoal, de ascensão social.

Seguindo os propósitos de uma sociologia provocadora de respostas, de uma sociologia crítica em diálogo constante com as teorias e métodos, não se trata de analisar as falas, sobretudo das mulheres operadoras, como relações de precarização do trabalho, tampouco considerá-las como sujeitas ao processo de alienação.

Ao entrevistar as mulheres, o que percebemos foi uma manifestação de alegria, contentamento e realização, advinda do trabalho com a máquina. Ser

operadora de trator rosa, por exemplo, é visto como conquista de um *status* social, reconhecimento social, também manifesto por outra operadora, *sinto-me respeitada*. Portanto, é errôneo desconsiderar as falas das mulheres, e também dos homens sobre elas, que reiteraram várias vezes, as qualidades femininas, dentre elas o cuidado com as máquinas, *elas são doces com as máquinas* (palavras de um líder). É certo que essa “qualidade” feminina é importante às empresas, na medida em que “as mulheres não quebram as máquinas”, portanto, causando-lhes menores custos, levando-se em conta os preços elevados dessas máquinas.

As entrevistas demonstram que o *deslizamento do conceito de gênero*, produzido pelo modelo de produção da Agricultura 4.0, pode ser uma chave interpretativa importante para a análise da relação mulher $\times$ máquina. Relação permeada pelo cuidado. O cuidado é uma categoria analítica que se reporta, em geral, ao ser feminino, dado que as representações sociais de gênero definem as mulheres como aquelas que cuidam. Portanto, há aí uma fixidez do lugar/comportamento feminino. As mulheres são representadas como dóceis, pacientes, cuidadosas, cautelosas; enfim, um conjunto de estereótipos que naturalizam o ser feminino. A literatura nacional e internacional da sociologia do cuidado se reporta ao trabalho do cuidado como baseado nas relações subjetivas (crianças, idosos, enfermos etc.).

Fica evidente que, nos casos analisados, há a captura do cuidado no ato do trabalho. Porém, é necessário considerar as relações de dominação não só do ponto de vista econômico, como também simbólico.

É importante analisar as formas invisíveis de exploração por meio da relação entre máquinas e pessoas, ou seja, aprofundar as reflexões sobre a objetivação das pessoas e a subjetivação das máquinas no processo de produção do *self*, o que é contrário ao *self* existente antes da máquina, uma vez que o poder das máquinas com os computadores é internalizado pelos/as operadores/as. É um verdadeiro processo de des(subjetivação) do eu.

Vejamos outro espaço visitado pelo *flâneur*, a distribuição de venenos com as bombas costais.

Segundo o testemunho de uma trabalhadora:

Tem gente que fala que está passando mal. A Gi, trabalhou 5 dias e não aguentava, passava mal todo dia, tem gente que passa mal e persiste, mas tem quem não aguenta.

P: Você passou mal no começo?

Passei. O calor, a roupa sufoca a gente, máscara, pressão abaixa. A vista escurecia, eu sentava um pouco e depois continuava. Uma mulher que estava com esmalte nas unhas, o esmalte chegou a se diluir por causa do calor pelo uso das botas de borracha.

A roupa molhada de veneno, o calor insuportável, a intoxicação invisibilizada e o medo do desemprego são elementos que compõem uma paisagem cotidiana em que a vida é gerida pelo risco constante.

Entrevistamos o senhor Antônio, que, ao ser inquirido sobre o trabalho na usina, relatou-nos sobre as dificuldades relativas à doença na pele, que lhe causou muitos sofrimentos. Enquanto ele dava os detalhes da doença, a esposa nos mostrava as fotos dos pés, pernas, mãos, braços *em carne viva*. “Arrancou o couro todo dele”, segundo a fala da esposa. *Seu* corpo estava com manchas escuras. Segundo ele, “[...] o médico disse que a causa da doença não foi devido ao manuseio do veneno. Os exames não comprovaram que era o veneno (Roundup e outros) que lhe causara tantos infortúnios”.⁹

Raspando mais uma camada do palimpsesto

Uma rápida apresentação dos dados sobre a produção de *commodities* nos mostra o aumento da área das principais *commodities* do país. Uma das características do capital agrário no Brasil é o crescimento por meio da incorporação de terras. A chamada fronteira agrícola vem se expandindo especialmente na direção oeste, desde as primeiras décadas do século passado. Esse aumento foi mais decisivo durante o período da ditadura militar (1964-1985), quando os projetos econômicos baseados na “revolução verde” liderada pelos Estados Unidos foram implementados. Esse período foi caracterizado pela violência, por meio do massacre de grupos indígenas em várias províncias do país. Os métodos utilizados foram os seguintes: envenenamento das águas dos rios, disseminação de vírus como a varíola, distribuição de doces contaminados por aviões, bem como assassinatos por garimpeiros e jagunços sob o comando dos latifundiários.

A Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, estima que pelo menos 8.350 indígenas foram mortos entre 1946 e 1988. Além do extermínio de grupos indígenas, milhares de camponeses também foram eliminados ou foram forçados a deixar suas terras e buscar asilo nas periferias urbanas.

Esse processo de acumulação primitiva ou, segundo D. Harvey, (2010), o processo de *acumulação por despossessão*, por meio do qual ocorre a expropriação dos recursos naturais, foi fundamental para a *limpeza do terreno*. Em outras palavras, “limpar a terra” era a forma de queimar a floresta nativa, o bioma e também seus habitantes, indígenas e camponeses ocupantes da terra. Até hoje, em várias regiões do país, a *limpeza do terreno* é posta em prática. Nas palavras de W. Benjamin, é preciso *escovar a história* a contrapelo, ou seja, o conhecimento do presente é feito a partir do momento em que o passado é conhecido.

Assim, os acontecimentos atuais – sobre a destruição dos recursos naturais por meio do fogo e da *necropolítica* (Mbembe, 2018), em que a vida é submetida ao poder da morte, em relação aos grupos originários (indígenas e quilombolas) – não são apenas a continuação desse processo, mas também representam um verdadeiro *brulalismo* de acordo com A. Mbembe (2020, p.8-10).

O processo de fratura e fissura, nos termos de Mbembe, fratura social, na medida em que as desigualdades aumentam, mas também fratura da natureza, dos biomas. Durante o período pandêmico, o objetivo dos incendiários era aumentar a área para a pecuária e depois para a exportação de carnes. Segundo

informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mais de 20% do bioma Pantanal, considerado o maior bioma úmido do mundo, foi queimado nas últimas semanas de setembro de 2020. A destruição ambiental é de natureza sistêmica na medida em que o desmatamento é seguido pelo desaparecimento de milhares de espécies animais.

De acordo com reportagens de jornais, como a *Folha de S.Paulo*, naqueles momentos muitas terras indígenas foram queimadas no Pantanal. Inúmeras reportagens mostram que milhares de hectares do Pantanal foram drenados para a plantação de capim para a pecuária. Vale lembrar a frase do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, “*é preciso deixar a boiada passar*”, que se reportava à flexibilização das normas ambientais, aproveitando o momento em que as pessoas estavam voltadas aos problemas causados pela pandemia. Há uma combinação de produção agrícola e extração de recursos naturais, não apenas minerais, como o ferro. O Brasil é o maior produtor mundial de minério de ferro. Setenta por cento (70%) do minério de ferro são exportados para a China, assim como soja e carne bovina. O ferro de Carajás (Pará) contém 65% de hematita, tornando-o o ferro mais puro do planeta. Além disso, o país exporta nióbio, bauxita, manganês, ouro. Quanto à produção agrícola, observa-se cada vez mais a apropriação de terras indígenas, quilombolas e camponesas por grandes empresas. Portanto, o processo de extração anda de mãos dadas com o de expulsão. Os dados apontam para uma economia neoextrativista com marcas de colonialidade, de acordo com a definição de Quijano (2005) Podemos dizer que é o modelo paradigmático da economia da fratura e ao mesmo tempo da economia da expulsão, que não se refere apenas à perda de terras, mas de um espaço vital, de acordo com a pensadora Saskia Sassen (2015).

A esse respeito, faço um parêntese para relatar o testemunho de um camponês que vivia com sua família às margens do Rio Xingu, na Bacia Amazônica. Esse testemunho ocorreu durante a realização de um evento em Belém. Em 2011, começaram as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Essa hidrelétrica causou e tem causado muitos problemas ambientais e sociais desde o início das obras na região. Muitos camponeses do rio se mudaram para outros lugares ou foram desalojados. Durante a construção desse megaprojeto, houve muitos protestos de ambientalistas nacionais e estrangeiros, cientistas, trabalhadores rurais e urbanos e camponeses. Durante um desses protestos, ouvi o seguinte relato de um camponês.

Poucos dias antes do despejo, um técnico da construtora foi até sua casa e pediu que ele fizesse uma lista de seus bens para a avaliação dos valores da indenização. Em seguida, o técnico entregou-lhe uma planilha para preencher, discriminando o número de galinhas, porcos, ovelhas, cavalos, ferramentas de trabalho, casas e outros materiais; além da quantidade, os respectivos preços de cada item deveriam ser preenchidos. No dia seguinte, o técnico voltou à sua casa e lhe pediu a planilha completa. No entanto, o camponês deu a ele a planilha

sem nenhuma informação. Diante do fato, o técnico perguntou por que ele não havia declarado os bens. Então, o camponês lhe respondeu:

Passei a noite escrevendo a história da minha família, pois meu pai veio do Nordeste para este lugar há mais de 50 anos. Sempre foi um lugar de nossa família, nosso passado, nossa história, nossa memória. Este é um lugar onde nasci, onde me casei e onde meus filhos nasceram. Não sei como avaliar o preço da vida da minha família. Eu peço que você faça isso. Dê-lhe o preço.

Assim, o técnico recebeu uma micro-história de pessoas que foram invisibilizadas e negadas pelo projeto de modernização. Depois de alguns anos, soube que a família desse camponês havia sido deslocada para um assentamento distante, onde não havia rio. Ele foi acometido pela melancolia, não se sentia mais um camponês e queria deixar o assentamento e ir para a cidade.

Esse é um exemplo do que ocorre às milhares de pessoas deslocadas, expulsas de seus lugares, de seus espaços de vida. Não é uma questão de mudar de terra. A terra não é apenas materialidade, mas devemos considerar seus significados, seus símbolos, sua pertença, como afirma Sassen. A terra para esse camponês do rio era seu complemento, sua extensão, seu corpo inorgânico. O rio era um marcador muito importante de sua identidade. No seu relato, ele mencionou as festas nas margens do rio, os peixes, os passeios de barco com as crianças. Quando usurparam *seu rio*, foi como se ele tivesse sido desmembrado.

Um dos principais temas discutidos na atualidade se reporta à transição energética. O fim dos combustíveis fósseis e a busca de outras fontes da chamada energia limpa, como a elétrica, a eólica, assim como o uso do lítio para a produção das baterias elétricas para os veículos, automóveis, ônibus etc.

As maiores reservas de lítio se situam no momento no Vale do Jequitinhonha (MG). No ano passado o BNDES aprovou o crédito de 500 milhões para a empresa Sigma Lithium, empresa canadense e controlada por um grupo brasileiro, para a exploração do mineral espodumênio, cujo volume estimado é de 27 milhões de toneladas. Várias reportagens têm mostrado que a extração desse mineral tem provocado vários danos à saúde aos quilombolas e camponeses dos municípios de Araçuaí e Itinga. Notícias em vários jornais mostram o elevado número de pessoas com problemas respiratórios, ocasionados pela poeira, a sílica, dado que as perfurações são muito próximas às casas dos camponeses. Há relatos de rachaduras das casas em razão das dinamites das minas, sem contar o aumento da crise hídrica e o agravamento dos períodos de seca.

Outro exemplo de extração dos recursos naturais combinado às expulsões diz respeito ao processo de destruição do bioma do cerrado na região de Matopiba, acrônimo que engloba uma área que faz confluência com os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Segundo dados do relatório *Cerrado: o elo sagrado das Águas do Brasil*, publicado pela Ambiental Media, com base nas informações da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os rios do Cerrado perderam 27% da vazão de água desde os anos 1970. Na prática, o

cerrado está secando. O cerrado abastece 8 das 12 regiões hidrográficas do país e cobre cerca de 25% do território nacional. A prática do desmatamento é feita com o uso dos correntões, acoplados a dois tratores, que arrancam as árvores, cujas raízes profundas são responsáveis pela penetração das águas pluviais que formam os aquíferos, inclusive o Guarani, considerado o maior depósito de água doce do mundo.¹⁰

Vale dizer que, além da apropriação das terras dos camponeses, há a grilagem, a violência e onde se verifica o processo de financeirização das terras com a presença de empresas nacionais e internacionais e com a aplicação de fundos de pensão dos Estados Unidos (TIAA-CREF, sigla em inglês da Associação de Seguros e Anuidade para professores – Fundo de Aposentadoria Universitária). Essas empresas são imobiliárias agrícolas transnacionais que atuam no mercado de terras no Brasil e outros países. Ademais, as classes médias brasileiras urbanas são ávidas em suas aplicações na Linha de Crédito do Agronegócio (LCA). O uso das terras é para as *commodities* soja, algodão, milho e carne bovina.

Para finalizar, optei pela lembrança de uma das passagens publicadas no site, *A terra é redonda*, pela professora Walnice Nogueira Galvão, A batalha da rua Maria Antônia na história, no teatro e no cinema.

A professora Maria Isaura Pereira de Queiroz destacou-se num episódio em que o diretor esbravejava (sic) que era responsabilidade dele proteger “o próprio do Estado” e que ia mandar fechar a Faculdade assim que a passeata saísse. Ora, se isso acontecesse, aquela multidão não teria onde se abrigar e ficaria à mercê de ataques, inclusive da polícia. Um grupo de professores tentava demover o diretor: “No impasse, Maria Isaura alto e bom som declarou que garantiria pessoalmente a incolumidade do edifício, puxou uma cadeira, colocou-a bem no umbral e sentou-se. Ali ficaria até horas depois, quando a passeata regressou, armada apenas com o guarda-chuva de cabo de madeira esculpido que ganhara da avó”.

Essa passagem é ao mesmo tempo um exemplo de coragem e também uma fonte de inspiração para nosso fazer sociológico. Assim, do alto da escadaria do prédio da rua Maria Antônia, onde se localizava a Faculdade de Filosofia, a *flâneuse* Maria Isaura, que foi destemida diante de bombas, brucutus e ataques dos militares, pode nos guiar e nos provocar respostas para muitos outros problemas atuais, pode auxiliar-nos na raspagem de tantas outras camadas do palimpsesto que está diante de nós. Ela também nos deixou uma prática importante ao criar o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru), onde os estudos rurais e urbanos não são vistos como dicotomias, porém como processos sociais particulares de uma mesma engrenagem.

Embora, *vis-à-vis* a sociologia rural, essa dicotomia tenha sido há muito questionada (vide o exemplo de Maria Isaura). Outras dicotomias, a partir das especialidades – sociologia do trabalho que não inclui o trabalho rural, as teorias da estratificação que não mencionam o rural onde se concentram a riqueza e a

pobreza do país; a sociologia da educação que não inclui as crianças e juventudes rurais. A sociologia das migrações que priorizam as mobilidades internacionais e não as nacionais, a sociologia digital na cidade e na agricultura e, assim por diante. Não há urbano sem o rural, sem água, sem alimento e serviços ambientais. Por uma sociologia provocadora de respostas que seja capaz de romper com a dicotomia rural-urbano: Esse é o lembrete que está no interior do envelope deste texto/conferência.

Notas

- 1 Apoio CNPq e Fapesp. À professora Maria Celi Scalon, símbolo de uma prática sociológica exemplar, com reconhecimento e agradecimentos.
- 2 Este texto é baseado na conferência pronunciada pela autora na abertura do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na USP, no período de 15 a 18 de julho de 2025.
- 3 Ver a respeito: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Palimpsesto>>.
- 4 Disponível em: <<https://unicadata.com.br/listagem.php?idMn=4>>. Acesso em: 20 set. 2025.
- 5 No período de 1996 a 2019, com apoio da Fapesp, foram financiados 275 projetos entre bolsas e auxílios, e 50 Pipe, relacionados à agricultura digital.
- 6 Cf. janeiro de 2020, ano 21, n.287, p.12-29.
- 7 Recentemente, o Congresso Nacional reiterou que os produtores rurais são isentos do pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Física. Ademais, foi aprovado o projeto de lei que exclui da taxação dos milionários, a atividade rural. Ver a respeito a matéria, de autoria de Adriana Fernandes, “O agro não é pop: é blindado”, *Folha de S.Paulo*, 4 out. 2025, p.3.
- 8 Ver a respeito a matéria “O impacto dos agrotóxicos na saúde mental”, publicada na *Folha de S.Paulo*, 29 set. 2025, p.4.
- 9 O glifosato é um herbicida sistêmico de amplo espectro e dessecante de culturas. É um composto organofosforado, especificamente um fosfonato. É usado para matar ervas daninhas, especialmente as folhosas perenes e gramíneas que competem com as culturas. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Glifosato>>. Acesso em: 12 abr. 2023. Roundup é o nome comercial do glifosato. O glifosato é proibido em vários países. Foi o herbicida mais utilizado na Guerra do Vietnã pela Força Americana contra os vietcongs. De acordo com reportagem publicada no *El País*, o agente laranja, 50 anos depois, continua contaminando o solo do Vietnã. Ver a respeito: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/16/ciencia/1552710887_506061.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- 10 Sobre a prática dos correntões, o vídeo “Profissão Repórter” revela o processo de extração da natureza. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/11773420/>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Referências

- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.3).
- CALHEIROS, D. F. *Relatório técnico: Cana-de-Açúcar – Impactos na saúde ambiental e do trabalhador rural*. Embrapa/MPF-PPR 3^a Região, julho, 2020.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2010.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Ed. Labor do Brasil, 1976.
- LAVAL, C. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Elefante, 2022
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- _____. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.
- MOONEY, P. *La isostenible agricultura 4.0*. Digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria. Grupo ETC: México, 2019. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/la_insostenible_agricultura_4.0_web26oct.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- PARSEKIAN, M. L. *O moto contínuo nos canaviais* (ilustração). São Paulo, 2024.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- QUEIROZ, M. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber; eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p.107-30.
- SABADIN, A. *Diário de campo*. Ribeirão Preto, 2025.
- SASSEN, S. *Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global*. Buenos Aires; Katz Editores, 2015.
- SILVA, M. A. M. La agricultura 4.0 en los cañaverales de São Paulo. In: GRAMMONT, H; MASCHERONI, P; RIELLA, A; SANCHEZ, K. *Mercados de trabajo rurales, desigualdades y vulnerabilidad social en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2024, p.29-56.

RESUMO – O surgimento da sociologia ocorreu num momento de crise. Aliás, é uma ciência marcada pelos contextos de crise. Basta citar alguns de seus representantes, que vivenciaram momentos de guerras e conflitos, como os clássicos da Sociologia – K. Marx, É. Durkheim, M. Weber – e, mais tarde, R. Dahrendorf, P. Bourdieu e N. Elias. Lembrando a definição de P. Bourdieu, a *sociologia é um esporte de combate*. Em razão das mudanças céleres do mundo contemporâneo, somos levados a crer que nossa missão é dar respostas aos problemas que nos afligem desde a esfera do cotidiano, dos mais longínquos e, até mesmo, dos desconhecidos. Na contramão dessa concepção, a proposta deste texto – retomado da conferência de abertura do 22º Congresso da SBS –, é contribuir para uma sociologia *provocadora de respostas*, na qual o *fazer sociológico* esteja em constante processo de diálogo crítico e autocrítico com as teorias e métodos adotados, e os pontos de observação da realidade social não sejam tomados como fixos, determinísticos, porém como moventes e probabilísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia, Metodologia, Realidade social.

ABSTRACT – The emergence of sociology occurred at a time of crisis. Indeed, it is a science marked by crisis contexts. Suffice it to mention some of its representatives, who experienced moments of war and conflict, such as the classics of sociology – K. Marx, E. Durkheim, M. Weber – and, later, R. Dahrendorf, P. Bourdieu, N. Elias, and others. Recalling P. Bourdieu’s definition, sociology is a combat sport. Due to the rapid changes in the contemporary world, we are led to believe that our mission is to provide answers to the problems that afflict us from the everyday sphere, from the most distant, and even the unknown. Contrary to this conception, the proposal of this text – taken from the opening conference of the 22nd SBS Congress –, is to contribute to *a sociology that provokes responses*, in which sociological work is in a constant process of critical and self-critical dialogue with the theories and methods adopted, and the observation points of social reality are not taken as fixed, deterministic, but as moving and probabilistic.

KEYWORDS: Sociology, Methodology, Social reality.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de conflito de interesse

Não há conflito de interesse declarado.

Editores

Sérgio Adorno e Dario Luis Borelli

Maria Aparecida de Moraes Silva é professora livre-docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Atualmente é integrante do corpo permanente do PPG/Sociologia da UFSCar. Pesquisadora 1A do CNPq. Coordenadora do repositório digital VOZES e Memórias <<https://www.vozesememorias.com.br>> @ – maria.amoraes44@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0019-7806>.

Recebido em 7.10.2025 e aceito em 28.11.2025.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Carlos, São Paulo, Brasil.